



EXAME DE ORDEM 03/2006

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL

TURNO MANHÃ

QUESTÕES PRÁTICAS

Área de Opção: Direito do Trabalho e Processual do Trabalho

Instruções

1. Verifique se este caderno contém **05 questões práticas** e se a área de opção está correta. Caso contrário, solicite um novo caderno ao fiscal da sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. Responda às questões com letra legível, utilizando caneta de tinta azul ou preta e procurando não ultrapassar os limites propostos.
3. Observe que **não** é permitido o uso de corretivo líquido ou borracha.
4. Evite formular perguntas após o início da prova. O entendimento da questão faz parte da avaliação.
5. **Não aponha sua assinatura no corpo das folhas de respostas nem coloque qualquer sinal de identificação.**
6. Não se retire da sala antes de transcorrida **1 hora** do início da prova.
7. Devolva, ao término da prova, **o caderno de questões e as folhas de rascunho** ao fiscal da sala.
8. Lembre que o tempo de duração da prova é de **4 horas**.

Observação: Preencha o nome em letra de forma, aponha sua assinatura e seu número de inscrição e indique a cidade de realização da prova. Não faça nenhum sinal identificador em qualquer outro campo deste caderno.

Nome: _____

Assinatura: _____

Nº de Inscrição:

--	--	--	--	--	--	--

Cidade de Prova: _____

QUESTÕES PRÁTICAS

Questão 01. O sindicato da categoria profissional **A** celebrou convenção coletiva de trabalho (CCT) com o sindicato da correspondente categoria econômica. Dentre as condições de trabalho estabelecidas na CCT, constava a obrigação de as empresas integrantes da categoria econômica fornecerem uniformes aos trabalhadores. Durante o período de vigência da CCT, os empregados de uma das empresas integrantes da categoria econômica comunicaram ao sindicato que sua empregadora não estava cumprindo tal obrigação. Em face disto, o sindicato da categoria profissional ajuizou, em nome próprio, substituindo processualmente os empregados daquela empresa, ação pleiteando o direito de os empregados receberem os uniformes. A ação foi julgada improcedente sob os seguintes argumentos:

I - o sindicato não tem legitimidade para propor ação de cumprimento pleiteando a observância de convenção coletiva de trabalho;

II - o sindicato não juntou procuração dos empregados que tiveram seus direitos lesados.

Assim sendo, responda justificadamente:

a) está correta a fundamentação apresentada no item I? (até 0,5)

b) está correta a fundamentação apresentada no item II? (até 0,5)

Questão 02. Estando em andamento a audiência de instrução do processo em que são partes o empregado **X** e a empresa **Y**, o advogado da empresa requer a oitiva de uma testemunha que se encontra no saguão do prédio em que tem lugar a audiência. O Juiz da causa, dizendo estar suficientemente esclarecido acerca dos fatos, indefere a oitiva da testemunha. Qual o procedimento cabível em face de tal atitude? Justifique sua resposta. (até 1,0)

Questão 03. O metalúrgico João da Silva sofreu, em fins de 2006, um acidente de trabalho na Funilaria Real Ltda., devido a uma falha na máquina em que trabalhava. Muito embora a Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) tenha sido regularmente emitida e a documentação necessária encaminhada, o INSS recusou o pagamento do benefício com base em opinião técnica interna. João da Silva procurou-o para acionar o INSS, a fim de obter o pagamento do benefício, e a empresa, para obter indenização pelos danos patrimoniais e morais decorrentes do acidente de trabalho. Tendo em vista as circunstâncias, podem as duas ações ser propostas perante a Justiça do Trabalho? Justifique sua resposta. (até 1,0)

Questão 04. João ajuizou reclamação trabalhista pretendendo o reconhecimento de vínculo de emprego doméstico com Maria, sob o argumento de ter laborado para ela de 05/02/2003 a 24/11/2006. A reclamada contestou a ação alegando que o reclamante era autônomo e que não se faziam presentes entre as partes os requisitos do vínculo de emprego. Diante do exposto, responda fundamentadamente:

a) na audiência de instrução e julgamento, de quem é o ônus probatório? (até 0,5)

b) se ficar comprovado que o labor era realizado 3 dias por semana, pode assim mesmo restar caracterizado o vínculo empregatício em caráter doméstico? (até 0,5)

Questão 05. Em 09/01/2006, foi publicada sentença parcialmente procedente no processo em que são partes o reclamante Pedro Silva e a reclamada Brasil Ltda. Em 16/01/2006, a reclamada apresentou recurso ordinário, e o reclamante, embargos declaratórios. Os autos foram conclusos e, em 13/02/2006, foi publicada a sentença dos embargos declaratórios opostos, os quais foram julgados procedentes, acarretando modificação do julgado. Na mesma data, foi publicada notificação para o reclamante apresentar contra-razões ao recurso ordinário da reclamada.

Diante desta situação, responda, à luz do princípio da unrecorribilidade, se é possível à reclamada interpor novo recurso ordinário após a publicação da sentença dos embargos declaratórios. Fundamente sua resposta. (até 1,0)

Observação: Conforme o artigo 19 do Regulamento do Exame de Ordem 03/2006, a nota final da prova prático-profissional será expressa, em números inteiros, na escala de 0 (zero) a 10 (dez). A cada questão prática será atribuída nota na escala de 0 (zero) a 1 (um) e, à peça processual, nota de 0 (zero) a 5 (cinco). As questões práticas e a peça processual corresponderão ao peso de 50% (cinquenta por cento) cada uma. A nota final da prova será igual ao somatório das notas obtidas nas questões práticas e na peça processual, arredondando-se, se for o caso, para o número inteiro imediatamente superior.